A REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA AVALIATIVA MEDIADORA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM NO 1° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

IVANI COSTA PAIXÃO NASCIMENTO

RESUMO

Esta pesquisa traz a importância sobre o processo educacional e suas evoluções e conquista ao longo da história no Brasil. Contudo possibilitando a discussão sobre o processo avaliativo, se concentrando primordialmente no 1° ano. Acredita-se que a avaliação tradicional não é apropriada para o aluno que inicia precocemente no ensino fundamental, pois pode propiciar um futuro fracasso ou evasão escolar, dificultando a construção da aprendizagem. Desse modo um dos principais objetivos é refletir sobre as práticas avaliativas adotadas pela instituição e pelo corpo docente, considerando a avaliação mediadora que se mostrou apropriada, pois considera as especificidades de cada aluno, e o educador deve ter um olhar humanizado e diferenciado com o educando para que seja tranquila a transição da educação infantil para o ensino fundamental.

Palavras-chave: 1° ano. Mediação. Aprendizagem. Avaliação. Fracasso.

ABSTRACT

This research introduces the importance of the educational process and its evolutions and conquest throughout history in Brazil. However enabling discussion about the evaluation process, focusing primarily on 1st year. It is believed that the traditional assessment is not appropriate for the student who begins early in elementary school, it can provide a future failure or truancy, making the construction of learning. Thus one of the main goals is to reflect on assessment practices adopted by the institution and the faculty, considering the mediating assessment that proved appropriate because it considers the specifics of each student, and the teacher should have a humane and distinguished look with the student to be a peaceful transition from kindergarten to primary school.

Keywords: 1st year. Mediation. Learning. Evaluation. Failure.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar a importância da avaliação nos anos iniciais, se concentrando primordialmente no 1° ano, pelo motivo da transição da pré-escola para o ensino fundamental. Partindo do pressuposto como essa avaliação vai ser aplicada, já que o contexto de sala de aula é totalmente diferente do que o aluno conhecia. Analisando criteriosamente se o método tradicional poderá: julgar, medir, testar ou limitá-lo, deste modo o assunto abordado será “A reflexão sobre a prática avaliativa mediadora e a sua contribuição para a aprendizagem no 1° ano do ensino fundamental”, que tem como finalidade um olhar humanizado, devido que o educando ingressa mais cedo na escola por conta das mudanças na legislação. O objetivo é analisar os métodos avaliativos e verificar quais metodologias contribuem para aprendizagem de qualidade dos alunos, possibilitando a reflexão sobre a prática docente no que se refere à avaliação.

No cenário atual tem se discutido inúmeras vezes sobre a inclusão nos aspectos da aprendizagem, acreditamos que cada criança aprende conforme seu tempo e de modo diferenciado. Algumas questões são apontadas em relação avaliação tradicional, que tem como caráter classificatório podendo causar um fracasso ou uma evasão escolar no futuro. Sabemos que o indivíduo deve se preparar para a sociedade que oferece um contexto de concorrência acirrada para ingressar no nível superior e para o mercado de trabalho.

Descrevemos aqui por meio de uma pesquisa bibliográfica quantitativa que corroborou para a qualidade e desenvolvimento do estudo, mencionaremos os nomes dos autores em destaque no decorrer dos seguintes capítulos: “A trajetória da educação no Brasil”, faz um breve resumo como a educação ganhou destaque no país, “Os progressos da Educação Infantil”, relata o abandono ao assistencialismo, “Ensino Fundamental e suas

avaliações", diz a respeito das avaliações externas e internas nas escolas, "A contribuição para o fracasso escolar" aborda idéias pertinentes a justificativa do erro, "Avaliação" como é utilizado o método de avaliar, "Avaliação mediadora", aborda a sua contribuição para aprendizagem significativa para o aluno.
Dessa forma, a avaliação mediadora tem como foco de atingir o educando com dificuldade de compreender os conteúdos, por meio de estimulo e interação aluno e professor, no qual o educador problematiza e educando reflete e aprende.

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
Neste capitulo iremos abordar um pouco da história da educação, a partir da década de 30 e 40 que foi o marco principal para a entrada do Brasil no mundo capitalista. Neste contexto o Brasil começou a investir no mercado interno, na produção industrial, e com a nova Constituição pela primeira vez a educação se tornou o direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, entretanto com foco para a mão de obra, com uma política elitizada, onde o papel da escola era reproduzir as exigências da sociedade.

A ênfase continua na testagem e especificamente, os testes de QI servem para legitimar um sistema de estratificação nas escolas. A testagem proporciona uma justificação única para as diferenças individuais a fim de manter uma provisão constante de mão-de-obra barata e manter a estratificação de classe. O papel das escolas em uma estrutura capitalista behaviorista é "produzir" trabalhadores que alimentam um sistema econômico desigual. (KAUFNAN, 1993 p.94 apud HOFFMAN, 1993, p.15)

Na década de 60 e 80 houve o golpe militar e consequentemente as iniciativas de revolucionar a educação brasileira foram impedidas, pois com o período do regime militar, as ideias em caráter democrático eram contra a ordem estabelecida. Muitos educadores, artistas, estudantes, professores e policiais foram presos, torturados e mortos durante esta fase.

OS PROGRESSOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
A educação infantil no Brasil primeiramente teve um foco familiar durante séculos para aprender as normas e regras da cultura. Logo após teve como foco assistencialista, onde foram criadas creches, asilos e orfanatos com o objetivo de cuidar, proteger e alimentar as crianças de mães que saiam de casa para trabalhar. A intenção era auxiliar as mães trabalhadoras, viúvas, desamparados, órfãos abandonados e filhos de mães solteiras.

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no fin al do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternais. (KUHLMANN, 2001, p. 26).

Neste período o Brasil sofreu influência sob Europa e Estados Unidos a partir da década de 80 inicia-se um olhar pedagógico sobre o cuidar e educar a criança, com a ajuda de diferentes setores da sociedade, como organizações não governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil entre outros que uniram forças, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sob o direito da criança, a uma educação de qualidade desde o nascimento. Em 1988, o direto da criança é realmente efetivado por meio da Constituição Federal, que é dever do estado com a educação, e será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola, ás crianças de zero a seis anos de idade, a partir dessas leis as creches passam a ser de responsabilidade da educação, deixando de lado o assistencialismo e desenvolvendo um trabalho de cuidar e educar.
Outra conquista da educação foi o Estatuto da criança e do adolescente em 1990, que concretizou as conquistas dos direitos da criança promulgados pela Constituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, ao tratar da composição dos níveis

escolares, inseriu a educação infantil como a primeira etapa da Educação básica, definindo que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade. Atualmente à educação infantil de zero a três anos não possui exigência prescrita, só passa ser obrigatória a frequentar á instituição a partir dos quatro anos de idade, conhecida como pré-escola.
E a mais nova e importante conquista foi em 2012, com o FUNDEB, que começou a cuidar financeiramente da educação infantil.
Considerando o início da história da educação, houve nas últimas duas décadas conquistas significativas, porém existem muitos desafios que a educação infantil deve superar, que é o direito da criança a mais tenra idade ao direito a educação de modo obrigatório e gratuito.
A educação infantil de acordo com a LDB visa o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade. A criança ao iniciar na educação infantil passa por um processo de aprimoramento em relação aos conhecimentos que já possui, e por meio disso o professor irá iniciar seu processo de ensino e aprendizagem.
A constituição dos relatórios na Educação Infantil ocorreu em um contexto histórico-cultural, que contribuiu para surgimento do Relatório de Apoio Pedagógico Avaliativo, cuja sigla é RAPA.
Ao professor cabe ter planejamento e organização que irá contribuir para elaboração de registros trabalhados na singularidade da criança. É importante que o educador acompanhe as ações de cada aluno, observando sua evolução, seguido de materiais com atividades diferenciadas e relatórios que acompanhe o desenvolvimento do aluno.

O uso da linguagem argumentativa nos relatórios além de propiciar a reflexão do professor sobre registros de aulas, propicia ou organiza a compreensão dos processos de ensino aprendizagem das crianças. O objetivo da escrita do relatório é comunicar aos pais e/ou professores da série seguinte o desenvolvimento da criança na escola, relatando suas conquistas, dificuldades, e intervenções pedagógicas, o que faz desse material, um instrumento capaz de mediar o processo de ensino-aprendizagem. (COLASANTO 2009, p.36).

Para HOFFMANN (1993), é importante transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção do conhecimento.

ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS AVALIAÇÕES
A partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394 / 96) , o Ensino Fundamental teve suas mudanças e foram organizadas em Ciclos , passando a ter duração de 9 (nove) anos, em que os alunos iniciam o Ensino Fundamental aos 6 anos de idade. Essa lei vigora junto ao Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa, é um compromisso formal assumido pelo governo federal, Distrito Federal, Estados e Municípios, que assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até aos 8 (oito) anos de idade.
No cenário educacional houve grandes transformações na vida escolar das crianças, por meio das mudanças (séries - anos) os alunos começaram a ter uma visão diferente da escola, deixando de lado as atividades lúdicas para iniciar o processo de alfabetização e letramento, que será avaliado a partir de NOTAS (0 - 10).
A LDB enfatiza que a transição para o ensino fundamental deve prever propostas pedagógicas, que garanta a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino fundamental. Todo trabalho realizado na educação infantil servirá no processo de adaptação da criança para os próximos ciclos.
No Ensino Fundamental a avaliação exerce uma função formativa, que proporciona para os professores e aos alunos informações que contribuem no sucesso do Ensino da Aprendizagem.
As avaliações escolares aplicadas pelos educadores em sala de aula têm como finalidade, avaliar o grau de aprendizagem do educando, ou seja, o que o aluno aprendeu durante as aulas, com isto podendo recebe notas de acordo com as questões corretas.
Os testes externos (oferecidos pelo governo) são os: Saeb, Prova Brasil, Saresp, Pro-

va ANA, e etc. Tem como função testar os conhecimentos dos alunos adquiridos durante o ano. Estas avaliações externas não possuem a função de aprovar nem reprovar, tem como finalidade fornecer informações do sistema de ensino de cada unidade escolar. Porém existem diferenças nos testes oferecidos pelo Estado e Municípios, em que cada um avalia as competências e habilidades dos alunos. São desenvolvidos, aplicados e corrigidos pelo INEP e padronizados para todas as Instituições de ensino, sendo aplicados anualmente.

[...] Os testes que medem o rendimento escolar - ditos de escolaridade- são elaborados para avaliar as competências e habilidades adquiridas ao longo da vida escolar. Segundo o INEP as competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do "saber fazer". Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se possibilitando novas organização das competências. (BRASIL. 2000, p.5).

A CONTRIBUIÇÃO DO FRACASSO

A criança antes de iniciar no ensino fundamental encontrava-se em um contexto lúdico (brincar) que a educação Infantil oferta, porém o sistema de ensino fundamental requer uma rotina diferente em todos os aspectos: do aluno, professor, tempo, rotina, aprendizagem, desenvolvimentos dos trabalhos, e principalmente à avaliação que consequentemente deve atender ao currículo que é oferecido a este ciclo.

Conforme o educando se adepta com todas essas modificações, é possível que ocorra bloqueio neste período de adaptação com relação aos aspectos cognitivos e sociais.

Pode-se dizer que a educação não possui um "responsável" para o fracasso neste processo de aprendizagem, existem diversos fatores que contribuem a não aprendizagem, ou uma futura evasão, no qual o aluno não se motiva e desiste da escola.

Segundo Arendt (2005), uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão

Refletir sobre todo este contexto do erro facilitaria para quebrar os paradigmas que se tornaram costumes:

"Nesta escola não se oferece materiais necessários, e possui grande demanda de alunos, assim fica difícil atender ao currículo" (Professor).

"Não temos recursos suficientes para exercer atividades pedagógicas, assim dificultando para um trabalho satisfatório" (Escola).

"Os alunos não aprendem por que os professores não estão ensinando como deveriam, e não podemos fazer nada em relação a isto" (Pais).

"A educação possui metas e currículos que devem ser atendidos, a escola precisa refletir aonde vem o erro" (Políticas Educacionais).

(Grifo nosso)

Nesse quadro, podemos refletir o quanto cada um possui uma "defesa" para justificar o porquê a aprendizagem não se concretiza, é uma forma de justificar o próprio erro, passando a responsabilidade de um para outro com a intenção de diagnosticar o fracasso.

"Dado o envolvimento afetivo que o professor acaba tendo com sua pratica profissional, é inevitável que o fracasso de seus alunos acabe por atingi-lo em sua alto imagem, colocando em questão sua própria competência. Na medida em que não consegue articular este fato a falta de assistência, a instabilidade funcional, aos baixos salários, à ausência de recursos didáticos e à própria má qualidade de sua formação ele tem apenas as alternativas, ou de assumir também o fracasso, ou de buscar entre os indicadores mais imediatos os supostamente responsáveis. E o que mais diretamente ganha visibilidade para ele é a situação de carência dos alunos com os quais se defronta a cada dia em sala de aula". (MELLO, 19845, p.95 apud HOFFMAN, 1993, p.44)

Segundo Freitas (2014) A escola é habitada por diferentes profissionais e diferentes protagonistas (funcionários, estudantes, gestores, pais, etc.). Sem o concurso do conjunto da escola, este sim, tendo que ser necessariamente reflexivo, limita-se em muito a possibilidade de transformação dos processos escolares.
Não basta só averiguar a culpa, nem descartar qualquer possibilidade, mas refletir como sanar o problema para que os alunos tenham a possibilidade de obter bons resultados, atribuindo os papeis de cada membro que se faz essencial para que ocorra esse processo de ensino e aprendizagem.
Segundo Luckesi (2011) na medida em que nossas escolas são carentes, sim, tanto, de mais recursos financeiros e melhores condições de ensino, quanto de investimento na gestão administrativa e na gestão pedagógica, que inclui a prática pedagógica em sala de aula. Penso que não podemos excluir qualquer um desses três fatores, se desejamos um sistema educacional que se confronte com a questão do fracasso escolar.
Desta forma faz-se necessário refletir que além dos aspectos pertinente á avaliação tradicional, não se pode encontrar uma defesa para justificar o porquê os alunos ainda encontram dificuldades para se adaptar no ensino fundamental, em respeito das práticas pedagógicas, e das modificações avaliativas que ocorrem nesta transição.
Desta maneira é imprescindível que além da pratica docente, ainda é necessário o investimento na gestão pedagógica que pode propor a reflexão em questões que possam flexibilizar o currículo, propondo uma avaliação diferenciada com as tradicionais, ou seja, do senso comum.

Segundo Kamii (1992), “a proporção de cooperação na interação adultocriança será o fator determinante para o desenvolvimento da autonomia.” (p.23) (Kamii, 1992, p.23 apud HOFFMAN, 1993, p.59) E um bom começo para se observar a relação de autoritalismo e controle da avaliação é a análise da postura dos professores em termo da correção das tarefas feitas pelos alunos em todas as situações de aprendizagem. (HOFFMAN, 1993, p.60)

AVALIAÇÃO
Para iniciar esse capitulo foi utilizado o dicionário Aurélio para identificar o significado de avaliação: 1. Ato de avaliar. 2. Valor determinado por peritos, apreciação. 3. Estima. Por meio desta análise do significado de avaliação, possibilita refletir que o ato de avaliar é julgado de acordo com o que foi produzido pelo aluno, e sua nota é determinada de acordo com o nível de apreciação ou estima do professor.
Nos anos 60 e 70 o conceito de avaliação não era discutido como nos dias atuais, pois era considerada tradicional utilizada como punição ou como um ato de manter a disciplina em sala de aula, uma ideia de medição e julgamento no qual o aluno tinha que guardar uma quantidade grande de informações para alcançar uma nota, ou seja, o aluno decorava e reproduzia nas provas, no contexto de sala de aula e não tinha a oportunidade de expor as opiniões, e caso praticassem tal atitude eram punidos, pois comportamento bom era sinônimo de aluno inteligente.
A partir dos anos 80 e 90 no fim do regime militar, iniciou-se por educadores, discussões sobre avaliação. Houve a contribuição de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação em um sentido mais amplo nas questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, e à relação direta entre professor e aluno.

A avaliação, portanto, envolve um conjunto de procedimentos inerentes ao fazer pedagógico. Os princípios que embasam a avaliação norteiam o planejamento, as propostas pedagógicas e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Eles se refletem, de forma vigorosa, em todo o trabalho da escola. Sem uma reflexão séria sobre concepções e os professores avaliativos de forma mais ampla, perdem-se os rumos da educação e a clareza das ações a efetivar em termos da melhoria da aprendizagem das crianças e da organização do cenário educativo.
(HOFFMANN, 2012 p.16)

Argumentar sobre avaliação é um ato complexo, pois dificulta refletir qual seria a melhor maneira de avaliar, se o aluno interna-

lizou o conhecimento, ou simplesmente foi "depositado" o conteúdo para a elaboração de uma prova.

Avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou de alguma coisa, tendo como base uma escala de valores [ou] interpretar dados quantitativos e qualitativos para obter um parecer ou julgamento de valor, tendo por base padrões ou critérios. (HAYDT 1998,p.11 apud ROMÃO 1999, p.56).

Para Haydt (1998) o critério avaliar tem caráter classificatório demonstrando-se uma avaliação tradicional, devem ser considerados dados quantitativos para se obter um resultado desejável em provas de mérito e exames, e certo ponto de satisfação no qual o indivíduo deve chegar para ser alcançada a qualidade desejada.
A Lei de diretrizes e Bases (LDB) de 1996, determina: Art. 24. A educação básica, (...) a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
à) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; é responsabilidade da escola avaliar se aluno está correspondendo as expectativas, e elaborar estratégias para que o aluno alcance o rendimento escolar.
Em uma época que se discuti tanto sobre a inclusão deve-se ter um olhar humanizado, refletindo qual melhor forma de avaliar o aluno, com o objetivo de evitar a exclusão. A avaliação mediadora é complexa para o educador aplicar, pois requer comprometimento, e outro fator que dificulta a aplicação desse método é a resistência da sociedade que acredita que a melhor maneira do aluno aprender é por meio de um sistema classificatório no momento das provas.

AVALIAÇÃO MEDIADORA COMO PRÁTICA DOCENTE

A avaliação mediadora tem como proposta de respeitar as especificidades do educando com intuito de que a criança que conclui a pré-escola possa ter uma transição tranquila no 1° ano do Ensino Fundamental I (ciclo de alfabetização). O aluno que inicia no Ensino Fundamental tem grandes responsabilidades a enfrentar como aprender a ler, escrever e contar os números.

A ação avaliativa mediadora se desenvolve em beneficio ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e que é educado pela curiosidade de conhecer a quem educa e conhecendo, a descoberta de si próprio. Conhecimento das possibilidades dos educandos de continuo a vir a ser, desde que lhe sejam oferecidas situações de vida, desde que se confie neles diante dos desafios que lhe oportunizamos. HOFFMANN, 1993 p. 189)

Avaliação mediadora propõe um padrão no qual dialogue e avalie a situação que o educando se encontra, e aonde se pretende chegar. Essa avaliação é continua desta forma possibilitando a confiança com o educador, e favorecendo a construção do processo de aprendizagem significativo na vida do aluno, e não levando o educando a uma obrigação do fazer a lição e de se estar na escola.
Para Freire M. (1989) apud Hoffman (1993), construir o conhecimento do aluno é propor desafios do não saber, do medo e do sofrimento para após ter internalizado o conhecimento ter o relaxamento temporário para construção de um conhecimento, com uma resposta transformadora.
Segundo Vygotsky (1988; 1993) apud Hoffmann (2012) que parte do pressuposto que o ser humano se constitui a partir da interação com o outro, um conceito que foi proposto por Vygotsk é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), em que a criança já possui seu desenvolvimento real (conquistas ou capacidades já construídas e consolidadas) e pode realizar suas atividades sozinhas e com autonomia, porque seu conhecimento foi internalizado e por outro lado o desenvolvimento proximal (os conhecimentos "ainda" a construir, as funções cognitivas "ainda" a desenvolver), em que a criança necessita da intervenção do professor para desenvolver seu ensino aprendizagem "como ser alfabetizada, aprender a contar , a quantificar e a ler" , até esses conhecimento serem internalizados, o ideal é que a criança nesse processo sempre alcance a zona de desenvolvimento real.

De acordo com Vygotsky (op. Cit.), o professor não deve levar em conta, como ponto de partida para ação pedagógica, apenas o que a criança já conhece ou faz, mas, principalmente, deve levar em conta suas potencialidades cognitivas, fazendo outros desafios e mais exigentes no sentido de envolvê-las em novas situações de modo a provocá-las, permanentemente, à superação cognitiva. (HOFFMAN, 2012 p. 21)

Segundo HOFMANN (1993) a avaliação mediadora se desenvolve em beneficio ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado.

Nesta perspectiva podemos perceber que professor e aluno trabalham em conjunto, e que o erro do aluno é um ponto de partida para futuros acertos que o aluno irá descobrindo, trocando experiências com o professor que o desafia, e por meio disso o aluno aprende e desenvolve suas potencialidades desta forma construindo sua autonomia e criticidade.

Para Castorina (1988) apud Hoffmann (1993) os erros são diferentes porque não são as respostas corretas que se esperava, mas passos construtivos e reflexivos para orientar no que fazer, do que esperar repostas prontas e imediatas. O erro não é algo deve ser aceito passivamente, pelo contrário leva ao professor uma postura diferente em que ele te que desafiar o aluno a refletir sobre o erro até a descoberta do conhecimento com aprofundamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, a avaliação não é algo simplesmente técnico, mas se trata de representações que informam o professor quais estratégias adotar para se trabalhar. Apesar de alguns instituições e professores não darem a devida importância ao observar o erro do aluno e utilizar como ponto de partida, para compreender como esse aluno esta raciocinando e mudar a estratégia, para atingir esse aluno na sua aprendizagem, em vez disso atribui ao aluno notas ou um posicionamento preconceituoso rotulando o aluno.

A avaliação envolve mais que a aplicação de uma prova, entretanto está relacionada a respeito pela vivencia do aluno, o educador que utiliza de diversas estratégias para avaliar o aluno e faz um acompanhamento diário, é um educador que possui um diferencial de outros educadores que utilizam a avaliação para julgar e medir.

Considerar a avaliação como um instrumento de memorização de conteúdos é um equívoco, pois não irá desenvolver o crescimento intelectual do aluno. Apesar de que utilizar esse critério envolve várias opiniões arbitrarias, em questão de como a sociedade deseja formar o indivíduo capaz de competir no mercado de trabalho.

Embora a avaliação seja aplicada pelo professor na instituição internamente, a instituição deve considerar a opinião do professor, como a avaliação poderia ser aplicada no 1° ano do Ensino Fundamental, considerando a transição do aluno que ao sair da educação infantil e inicia no ensino fundamental que se apresenta em um contexto totalmente diferenciado da realidade que até então a criança conhecia.

Diante disso, a avaliação mediadora se torna mais adequada para atender a realidade do aluno que inicia precocemente no 1° ano do ensino fundamental, pois a relação dialogada entre o professor e o aluno gera uma relação de confiança e interação como Vygotsky (2003, p.121), a melhor forma dos alunos recordarem e exercitarem mais seu pensamento, é fazer com que as atividades sejam estimulantes e motivadoras. A experiência e a pesquisa têm demonstrado que um fato impregnado de emoção é recordado de forma mais sólida, firme e prolongada que um feito indiferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Julia Falivene. Avaliação Educacional - da teoria à pratica. 1°ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: Entre o passado e o futuro. Tradução:Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. de 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL.Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998

_____.Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília, 2012. Disponível em: pacto.mec.gov.br/images/pdf/mp_586_pacto.pdf Acesso: 30 out 2014.

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: avaliação no ciclo de alfabetização – reflexões e sugestões. Brasília, 2012. Disponível em: pacto.mec.gov.br/images/pdf/mp_586_pacto.pdf Acesso: 20out 2014.

_____.Ministério da Educação. (2008). PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; INEP.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos: 3º relatório do programa. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

FRANCO, Creso. (Org.) Avaliação, ciclos e promoção na educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. 172p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão/ Luiz Carlos de Freitas... [et. al.]. 6 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.-(Coleção Fronteiras Educacionais).

HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação e Educação Infantil; Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 18° Ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

_____.Jussara. Avaliação Mediadora; Uma Pratica da Construção da Pré-escola a Universidade. 19° ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

KUHLMANN JR., Moisés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LATAILLE, Yves de. Piaget, Vygostky, Wallon: teorias da psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992

LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições / Cipriano Carlos Luckesi.- 22 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação)

PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação/ Philippe Perrenoud; trad. Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PILLETTI, Nelson. Estrutura e funcionamento do ensino de 1o grau. 22. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____ . Estrutura e funcionamento do ensino de 2o grau. 3. ed. São Paulo: Ática,

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, História da educação no Brasil. 13. Ed. Petrópolis Vozes, 1991.

ROMÃO, José Eustaquio. Avaliação Dialógica:

desafios e perspectivas/ José Eustaquio Romão- 2ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.-(Guia da Escola Cidadã;v.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à pratica de avaliação e reformulação de currículo/ Ana Maria Saul. 6° Ed- São Paulo, Cortez, 2001

SÃO PAULO. Secretaria Estadual da Educação. (2009). Matrizes de referência para a avaliação do rendimento escolar. São Paulo: SEESP.

SHINYASHIKI, Roberto. Conquiste seus Alunos: Livro teórico/ Roberto Shinyshiki – 3° Ed. São Paulo. Editora Gente, 2011.